



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6640

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Modifica e revoga leis

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 24/01/2006

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 02/2006. Altera a redação dos artigos 1º e 2º da Lei nº 3.500, de 26/12/2005, que autorizou o Poder Executivo a repassar saldo remanescente de recursos do FUNDEF, em forma de abono, aos profissionais do magistério, referente ao ano de 2005, nos termos do artigo 7º, e parágrafo único do artigo 8º da Lei Federal nº 9.424/96, e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 16.3      **Posição:** 02      **Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: medidora  
CX: 16.3  
Ordem: 02  
nº fls:



02/2006

31.01.2006

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006

AUTOR:

Executivo

ASSUNTO:

Altera a redação do artigo 1º e 2º da Lei Municipal nº 3.500, de 26 de dezembro de 2005, que autorizou o Poder Executivo Municipal a repassar saldo remanescente de recursos do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, referente ao ano de 2005, nos termos do art.7º, e parágrafo único do art. 8º, da Lei Federal nº 9.424/96 dá Outras Providências.

### MOVIMENTO

- 1 - \_\_\_\_\_
- 2 - \_\_\_\_\_
- 3 - **Entrada em - 24/01/2006**
- 4 - **Comissão Finanças Orçamento e Tomada de Contas**
- 5 - **APROVADO EM REGIM DE URGÊNCIA EM 31.01.2006**
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

## Procuradoria-Geral

Montes Claros, 29 de dezembro de 2005.

**Ofício nº :** \_\_\_\_/2005

**Assunto :** Encaminha Projeto de Lei

**Serviço :** Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente,

O Projeto de Lei que ora encaminhamos ao exame e aprovação desse egrégio Legislativo visa modificar os artigos 1º e 2º da Lei 3.500, de 26 de dezembro de 2005, que autorizou o Poder Executivo Municipal a repassar saldo remanescente de recursos do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, referente ao ano de 2005, nos termos do art. 7º, e Parágrafo único do art 8º, da Lei Federal nº 9.424/96.

A alteração proposta é necessária para que seja readequado o valor previsto para o abono de que trata a referida Lei 3.500, tendo-se em vista que o saldo remanescente de recursos do FUNDEF teve expressivo aumento nestes últimos dias de dezembro, possibilitando-se, assim, que seja o referido saldo legitimamente revertido para a valorização do Magistério.

Face a esses esclarecimentos e à retificação contida no Projeto de Lei incluso, esperamos que essa Casa Legislativa aprove as modificações apresentadas, ofertando assim a legitimidade necessária ao Projeto supra-mencionado.

Nesta oportunidade, desejamos renovar a V. Ex<sup>a</sup> e aos Senhores Vereadores os nossos protestos de respeito e consideração.

Cordialmente,

  
**Athos Avelino Pereira**  
Prefeito Municipal

Exmº Sr.

**Dr. Sebastião Ildeu Maia**

MD. Presidente da Câmara Municipal

N E S T A



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

## Procuradoria-Geral

As Comissões  
24/10/05

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ DE 29 DE DEZEMBRO DE 2.005

*Altera a redação dos artigos 1º e 2º da Lei 3.500, de 26 de dezembro de 2.005, que autorizou o Poder Executivo Municipal a repassar saldo remanescente de recursos do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, referente ao ano de 2005, nos termos do art. 7º, e Parágrafo único do art 8º, da Lei Federal nº 9.424/96.*

O povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Os arts. 1º e 2º da Lei 3.500, de 26 de dezembro de 2.005 passam ter a seguinte redação:

“Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, autorizado a proceder auxílio financeiro, em forma de abono, no valor de R\$600,00 (seiscentos reais) destinados à remuneração dos profissionais do Magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, nos termos do art. 70, inciso I, da Lei Federal 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Art. 2º- O Abono de que se trata o artigo anterior, resultante de saldo remanescente do FUNDEF, é de caráter excepcional, e será efetivado em duas parcelas de R\$300,00 (trezentos reais), tendo como referência a verba de 2005, e não se incorporará à remuneração em nenhuma hipótese.”

Art. 2º- Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei 3.500, de 26 de dezembro de 2.005.

Art. 3º- As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de dezembro de 2.005, e revogando-se as disposições em contrário, especialmente os arts.1º e 2º da Lei 3.500, de 26 de dezembro de 2.005.

Município de Montes Claros (MG), 29 de dezembro de 2005.

  
ATHOS AVELINO PEREIRA  
Prefeito Municipal





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 24 DE MARÇO DE 2005  
PRESIDENTE

Projeto legal e constitucional  
A. Silveira

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 31 DE MARÇO DE 2006  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2006 QUE “Altera a redação dos artigos 1º e 2º da Lei 3.500, de 26 de dezembro de 2.005, que autorizou o Poder Executivo Municipal a repassar saldo remanescente de recursos do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, eferente ao ano de 2005, nos termos do art. 7º, e Parágrafo único do art 8º, da Lei Federal nº 9.424/96.”**


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa ou mesmo de finalidade, tendo em vista que projetos de lei que visem o repasse de recursos financeiros são de iniciativa do Executivo, bem como, a utilização de recursos oriundos do FUNDEF no pagamento da remuneração dos profissionais da educação do ensino fundamental está prevista na Lei 9.424/96.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende a forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 25 de janeiro de 2005.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605